

# PREVISÕES MACROECONÓMICAS SUBJACENTES À PROPOSTA DE ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2024



## **FICHA TÉCNICA**

### **CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS**

Avenida de China, Edifício do Tribunal Constitucional, 3º Andar  
Chã de Areia, Cidade da Praia, Santiago - Cabo Verde

**Editor:** Conselho das Finanças Públicas

**E-mail:** [info@cfp.cv](mailto:info@cfp.cv)

**Copyright:** Conselho das Finanças Públicas

**Data da Publicação:** outubro de 2023

*Este Relatório foi elaborado com base na informação disponível até ao dia 11 de setembro de 2023.*

# ÍNDICE

<b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b>	<b>6</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>CENÁRIO MACROECONÓMICO SUBJACENTE A POE/2024</b>	<b>12</b>
CONCILIAÇÃO COM PREVISÕES ANTERIORES DO MFFE	14
<b>PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES</b>	<b>16</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>22</b>





## SUMÁRIO EXECUTIVO

O Conselho das Finanças Públicas (CFP) é um órgão consultivo independente, criado pelo artigo 84.º da Lei n.º 55/IX/2019, de 1 de julho (Lei que estabelece as Bases do Orçamento de Estado) e os Estatutos foram publicados na forma de lei, através da Lei n.º 78/IX/2020, de 23 de março e na sua origem está a necessidade de uma avaliação independente sobre a consistência, cumprimento e sustentabilidade da política orçamental, promovendo a sua transparência, de modo a contribuir para a qualidade da democracia e das decisões de política económica e para o reforço da credibilidade financeira do Estado. Este parecer está enquadrado no âmbito das competências conferidas na alínea a) do artigo 7º dos Estatutos do CFP.

O Conselho das Finanças Públicas tem em conta os princípios e regras que regulam a formulação, programação, aprovação, execução, avaliação, controlo e responsabilização do Orçamento do Estado definido na referida Lei de Bases e, em resultado da análise efetuada às previsões macroeconómicas subjacentes à Proposta de Orçamento do Estado para 2024, com base na informação disponível à data da elaboração do parecer e ponderando os riscos identificados, **endossa as previsões macroeconómicas apresentadas com ressalva sobre a inflação.**

Este primeiro parecer é produzido pelo Conselho das Finanças Públicas ainda em processo de instalação e visa, de acordo com a lei, emitir uma apreciação independente sobre consistência das previsões macroeconómicas subjacentes à Proposta de Orçamento do Estado para 2024 (POE/2024), apresentada pelo MFFE<sup>1</sup>.

As economias mundial e nacional continuam mergulhadas numa envolvente de elevada incerteza e volatilidade, o que implica na natureza e credibilidade das projeções. Esta constatação é de extrema importância devido ao facto da economia de Cabo Verde ser fortemente dependente da economia mundial quer do lado real (importações, exportações, reexportações, investimento direto estrangeiro e turismo) quer do lado monetário e financeiro (peg fixo com o euro, remessas dos emigrantes, ajuda orçamental e empréstimos concessionais).

De acordo com o cenário macroeconómico apresentado para a POE/2024, o MFFE estima que a atividade económica, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) em volume, deverá crescer 4,7 por cento em 2024, face ao crescimento estimado de 5,7 por cento para 2023 e no limiar do PIB potencial. O nível de inflação situará em torno dos 2,8 por cento em 2024, reagindo às medidas de política monetária e à evolução dos preços de energia e alimentos no mercado internacional.

---

<sup>1</sup> Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial

Face aos dados apresentados pelo MFFE sobre as previsões, cenários e medidas de políticas a serem implementadas, conjugados com a própria avaliação do CFP e, perante os dados de outras instituições nacionais e internacionais, o CFP considera que o cenário macroeconómico subjacente à POE/2024 é globalmente coerente com as restantes projeções para a economia cabo-verdiana, aliás, convém lembrar que o quadro de previsões deve estar em conformidade com os compromissos assumidos perante os parceiros internacionais, nomeadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI), pois as Diretrizes do Orçamento de Estado (DOE) anunciam que “O Orçamento de Estado para 2024 (OE 2024) será executado em linha com o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 (PEDS II), que incorpora as metas do programa ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF)” (pág. 4).

O CFP considera coerentes as previsões emanadas nas Diretrizes, nomeadamente, uma previsão de crescimento do produto em 4,7 por cento em termos reais. Ainda, entende que esta previsão é prudente relativamente às previsões do Banco de Cabo Verde (RPM de abril, 2023) de 5,3 por cento e do FMI de 4,5 por cento (IMF *Country Report* No. 23/262, julho 2023). Todavia, o CFP apresenta uma previsão num intervalo entre 4,6 e 5,1 por cento, ou seja, prevê que a economia possa crescer em 2024 até 5,1 por cento (à volta do seu potencial), impulsionado pelo turismo, Administração Pública, comércio e construção.

Sobre a inflação, o CFP considera que a meta de 2,8 por cento para 2024 é ambiciosa, considerando que a inflação de julho de 2023 (último dado conhecido à data deste relatório) foi de 6,3 por cento, o que pressuporia uma descida rápida da inflação num período de 16 meses. Sendo assim, o CFP estima que a inflação pode se situar num intervalo entre 3,4 e 4,1 por cento em 2024.





## INTRODUÇÃO

O Conselho das Finanças Públicas (CFP) é um órgão consultivo independente, criado pelo artigo 84.º da Lei n.º 55/IX/2019, de 1 de julho (Lei de Bases do Orçamento de Estado) e os Estatutos foram publicados na forma de lei, através da Lei n.º 78/IX/2020 de 23 de março. Uma das competências conferidas ao CFP é avaliar os cenários macroeconómicos adotados pelo Governo e a consistência das previsões orçamentais com estes cenários, alínea a) do artigo 7º dos Estatutos do CFP.

Na sua génese, está a necessidade de uma avaliação independente sobre a consistência, cumprimento e sustentabilidade da política orçamental, promovendo a sua transparência, de modo a contribuir para a qualidade da democracia e das decisões de política económica e para o reforço da credibilidade financeira do Estado.

Este primeiro parecer é produzido pelo Conselho das Finanças Públicas, ainda em regime de instalação. Neste sentido, este parecer procura fazer uma análise que permita avaliar as previsões macroeconómicas subjacentes à Proposta de Orçamento do Estado para 2024 (POE/2024), apresentada pelo MFFE.

Metodologicamente, a análise efetuada consistiu em avaliar a prudência e a consistência das projeções macroeconómicas produzidas pelo Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial e que servem de base para a elaboração da proposta do Orçamento do Estado.

Dado que o CFP deve emitir as suas próprias previsões, faz parte desta análise o confronto das previsões do MFFE com as de outras instituições nacionais e internacionais nas principais variáveis, mormente o PIB real e a inflação.

Resumidamente, para atingir o objetivo pretendido que é avaliar os cenários macroeconómicos apresentados nas Diretrizes, o CFP adotou a seguinte metodologia:

- Análise técnica das previsões do CFP;
- Comparação com as previsões e projeções disponíveis realizadas por instituições de referência: Banco de Cabo Verde (BCV) e Fundo Monetário Internacional (FMI);
- Informação estatística mais recente, produzida pelas autoridades estatísticas nacionais – Instituto Nacional de Estatística (INE) e BCV;
- Esclarecimentos técnicos prestados pelo Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial (MFFE).



## CENÁRIO MACROECONÓMICO SUBJACENTE À POE/2024

As economias mundial e nacional continuam mergulhadas numa envolvente de elevada incerteza e volatilidade, o que implica na natureza e credibilidade das projeções bem como nas propostas subjacentes às políticas.

Com todos os choques externos verificados, nomeadamente, a crise de 2008, a crise originada pelo COVID-19 e a crise causada pelo conflito na Ucrânia e, posteriormente, a escalada de inflação, a tarefa de prever a evolução dos agregados macroeconómicos torna-se mais difícil e complexa relativamente aos períodos de normalidade. Mesmo ao nível dos instrumentos e modelos econométricos e métodos quantitativos de previsão, os últimos quatro anos são verdadeiros outliers para efetuar previsões mais confiáveis e consistentes. Da mesma forma, tal volatilidade inviabiliza projeções a longo prazo e torna difícil a comparação com as outras projeções produzidas em diferentes momentos no tempo. Acresce ainda que, devido à forte dependência do país ao exterior, os modelos de previsão macroeconómicos tornam-se cada vez mais exigentes.

Conforme o cenário macroeconómico apresentado para a POE/2024, o MFFE estima que a atividade económica, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) em volume, deverá crescer 4,7 por cento em 2024 (Tabela 1), face ao crescimento estimado de 5,7 por cento em 2023 e no limiar do PIB potencial. O nível de inflação situará em torno dos 2,8 por cento em 2024, reagindo às medidas de política monetária e à evolução dos preços de energia e dos alimentos no mercado internacional.

Espera-se um ligeiro agravamento na balança comercial de bens e serviços, com o défice na balança corrente a situar próximo de 8,0 por cento do PIB.

O défice público deverá situar-se em cerca de 2,5 por cento do PIB (3,5 por cento do PIB em 2023) e o rácio da dívida pública/PIB deverá manter a tendência decrescente dos últimos dois anos, atingindo cerca de 114,7 por cento e 110,5 por cento do PIB em 2023 e 2024, respetivamente.

Por outro lado, prevê-se uma variação positiva dos impostos arrecadados em 11,4 por cento (31 por cento em 2023, o que representa mais de 6 mil milhões de escudos a serem arrecadados). Prevê-se que o peso do IVA no PIB possa aumentar, passando de 9,7 por cento (cerca de 25 mil milhões de escudos) para 9,8 por cento (cerca de 28 mil milhões de escudos) do PIB.

Tabela 1 – Previsões macroeconómicas subjacentes à POE/2024

	2022	2023	2024
<b>PIB Nominal</b>	<b>241,509</b>	<b>267,188</b>	<b>286,355</b>
Taxa de Variação, em %	25.5%	10.6%	7.2%
<b>PIB Real</b>	<b>210,529</b>	<b>222,559</b>	<b>233,052</b>
Taxa de Variação, em %	17.0%	5.7%	4.7%
<b>Inflação</b>	7.9%	5.4%	2.8%
<b>Receitas Totais</b>	<b>52,663</b>	<b>68,356</b>	<b>73,387</b>
<b>Despesas Totais</b>	<b>62,777</b>	<b>78,472</b>	<b>81,214</b>
<b>Despesas com Pessoal</b>	21,985	24,581	25,520
Taxa de Variação, em %	-2.0%	11.8%	3.8%
<b>Aquisição de Bens e Serviços</b>	10,420	14,765	14,907
Taxa de Variação, em %	4.4%	41.7%	1.0%
<b>Outras Despesas</b>	25,741	27,223	29,761
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>-5,483</b>	<b>1,788</b>	<b>3,200</b>
<b>Ativos não financeiros</b>	4,194	11,155	10,321
<b>Saldo Global</b>	<b>-9,677</b>	<b>-9,368</b>	<b>-7,121</b>
em % do PIB	-4.0	-3.5	-2.5
<b>Saldo Corrente</b>	<b>-6,431</b>	<b>-2,009</b>	<b>1,820</b>
em % do PIB	-2.7	-0.8	0.6
<b>Saldo Global Primário</b>	<b>-4,301</b>	<b>-3,490</b>	<b>-884</b>
em % do PIB	-1.8	-1.3	-0.3
<b>Saldo Primário Corrente</b>	<b>-1,056</b>	<b>3,868</b>	<b>8,058</b>
em % do PIB	-0.4	1.4	2.8
<b>Mercado de Trabalho (variação, em %)</b>			
Taxa de desemprego (% pop. ativa)	12.1%	8.7%	8.2%
<b>Dívida Pública</b>	<b>295,224</b>	<b>306,550</b>	<b>316,365</b>
em % do PIB	122.2%	114.7%	110.5%

Fonte: Elaboração do CFP com base nas Diretrizes do Orçamento do Estado, POE 2024:  
Informação comunicada até 11 de setembro de 2023.

O MFFE prevê uma redução no crescimento do crédito à economia de 4,9 por cento inferior aos 5,3 por cento de 2023, como consequência de redução da liquidez da economia devido à diminuição das reservas externas e ao aumento dos juros internos por parte da banca. As despesas totais devem crescer 3,5 por cento (cerca de 2,7 mil milhões de escudos) entre 2023 e 2024 comparativamente aos 25,0 por cento (cerca de 15,7 mil milhões de escudos) entre 2022 e 2023. Não obstante, prevê-se uma melhoria do saldo global de -3,5 por cento do PIB de 2023 para os -2,5 por cento em 2024.

Para o ano de 2024 e no que toca aos preços, o cenário macroeconómico subja-

cente indica que o ritmo de crescimento dos preços deve desacelerar, passando a inflação de 5,4 por cento em 2023 para 2,8 por cento em 2024, refletindo a resposta às medidas de políticas monetária e orçamental. O MFFE antevê que esta tendência de desaceleração dos preços deverá beneficiar o poder de compra das famílias, induzindo a uma maior demanda interna na atividade económica nacional. Por outro lado, considera que as classes de bens e serviços mais afetadas pelos preços continuam a ser os produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, a habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis e os transportes derivado, sobretudo, dos efeitos da inflação importada e da inércia dos preços internos, podendo afetar as decisões empresariais e desencadear num efeito de segunda ordem nos preços.

Para o mercado de trabalho, o cenário da POE/2024 aponta para uma redução de 0,5 pontos percentuais na taxa de desemprego, passando de 8,7 por cento para 8,2 por cento.

Para 2024, com a expectativa de uma melhoria na balança comercial de bens e serviços, o défice na balança corrente em percentagem do PIB deverá ser menor.

Tabela 2 – Previsões macroeconómicas da economia cabo-verdiana para 2024

	BCV	CFP	MFFE
<b>PIB Nominal</b>			<b>286,355</b>
Taxa de Variação, em %			7.2%
<b>PIB Real</b>			<b>233,052</b>
Taxa de Variação, em %	5.3%	4.6 a 5.1%	4.7%
<b>Inflação</b>	<b>2.2%</b>	<b>3.4 a 4.1%</b>	<b>2.8%</b>

Fonte: Relatório da Política Monetária (BCV, abril 2023), MFFE (Diretrizes do Orçamento de Estado para 2024). Cálculos do CFP.

## CONCILIAÇÃO COM PREVISÕES ANTERIORES DO MFFE

Depois do envio das Diretrizes por parte do Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial, a equipa do CFP analisou esses dados e elaborou as suas próprias previsões para comparar com as das outras instituições, nomeadamente do BCV e do FMI, de modo a aferir sobre a razoabilidade do exercício de previsão do MFFE. Na sequência, foram feitas várias reuniões técnicas entre o CFP e o MFFE visando esclarecer as dúvidas relativamente às metodologias e pressupostos na elaboração das previsões apresentadas.



## PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES

A economia nacional continua fortemente dependente do exterior, quer na parte real - bens e serviços -, quer na parte monetária e financeira e também no que diz respeito aos preços. É também de referir a importância das remessas dos emigrantes quer para a balança de pagamentos quer para o rendimento disponível das famílias. Sendo assim, importa compreender o que se passa ao nível dos principais parceiros internacionais.

Tabela 3 - Previsões Internacionais para 2024

	2024 <sup>2</sup>
<b>Produto Interno Bruto (t.v.<sup>3</sup>, %)</b>	
Mundo	3.0
Área do Euro	1.4
EUA	1.1
Reino Unido	1.0
<b>Comércio Volume (t.v.a<sup>4</sup>, %)</b>	
Comércio mundial de bens e serviços	3.5
Importações da Área do Euro	3.0
Importações do Reino Unido	0.8
<b>Mercado de Trabalho (Taxa de Desemprego)</b>	
Área do Euro	6.8
EUA	4.9
Reino Unido	4.7
<b>Preço das Matérias-Primas (t.v., %)</b>	
Energéticas	-5.8
Não energéticas	-1.0
<b>Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (t.v.h.<sup>5</sup>, %)</b>	
Área do Euro	2.9
EUA	2.3
Reino Unido	3.0
Portugal	3.1
<b>Taxa de Câmbio do Euro</b>	
Efectiva do Euro (t.v.a. em %)	0.00
Euro-Dólar (v.m.a. Em dólares)	1.08
<b>Taxa de Juro (%)</b>	
Curto Prazo (Euribor 3 meses)	3.3

Fonte: World Economic Outlook (julho 2023), Update– FMI.

As previsões para 2024 são baseadas num conjunto de pressupostos relativamente ao contexto externo e interno. Assim, no que diz respeito ao contexto externo, considera-se que:

1. a atividade económica global e dos principais parceiros do país aumentará

ligeiramente, constatação já feita pelo FMI no último *WORLD ECONOMIC OUTLOOK UPDATE* (Relatório de julho);

2. o mercado de trabalho nos principais parceiros continuará a favorecer a mão de obra devido à escassez na oferta;
3. os preços das matérias-primas energéticas e não energéticas nos mercados internacionais ainda não estabilizarão em 2024;
4. as condições monetárias e financeiras serão menos apertadas, apesar da inflação não estar totalmente dominada, devido à inercia.

Segundo o *WORLD ECONOMIC OUTLOOK UPDATE* do FMI de julho, prevê-se que o crescimento da economia mundial se reduza, de uma estimativa de 3,5 por cento em 2022 para 3,0 por cento em 2023 e em 2024. Não obstante esta última revisão ter sido em alta para 2024, são valores abaixo dos valores históricos. Do lado dos preços, a subida das taxas de referência dos principais bancos centrais para combater a inflação continua a influenciar a atividade económica. Segundo a mesma publicação, espera-se que a inflação diminua de 8,7 por cento em 2022 para 6,8 por cento em 2023 e 5,2 por cento em 2024.

Os riscos para o crescimento da economia mundial continuam descendentes devido ao facto da continuação da guerra na Europa bem como os eventos climáticos extremos, o que pode prejudicar os esforços para combater a inflação.

No que toca ao mercado de trabalho da Zona Euro, a taxa de população empregada entre 20 e 60 anos atingiu novos máximos no primeiro trimestre de 2023, tanto na zona euro, em 75,3 por cento, como na União Europeia (UE), nos 74,7 por cento, representando valores máximos dos últimos 14 anos. Relativamente ao crescimento económico, a Comissão Europeia (CE) prevê uma desaceleração ligeira do crescimento em 2024 na zona euro (de 1 por cento para 0,8 por cento) como resultado da política monetária restritiva do Banco Central Europeu (BCE) para combater a inflação. Quanto à inflação, apesar da redução ao longo do horizonte da previsão, prevê ainda um ligeiro aumento do valor previsto em 0,1 p.p. (passando de 2,8 por cento para 2,9 por cento). A inflação em 2023 deverá ser 5,6 face a 2,9 por cento previstos. Na zona euro, a guerra na Ucrânia e os problemas na cadeia de abastecimento, bem como a retoma da atividade económica, levaram a que a inflação atingisse o valor recorde de 8,6 por cento em junho de 2023, quando em janeiro era de 5,1 por cento. No entanto, em setembro de 2023 o índice reduziu para 4,3 por cento, o que representa uma queda de 0,9 pontos percentuais face ao mês anterior. Consequentemente, o Banco Central Europeu (BCE) tem tomado uma série de medidas de política monetária para combater a inflação, incluindo aumentos das taxas de juros. Contudo, é provável que a inflação continue em um nível elevado nos próximos meses.

Em Cabo Verde, segundo o INE, no mês de julho de 2023 a inflação foi de 6,3 por cento. Esta taxa continua elevada, não obstante a diminuição registada nos últimos meses, variando entre 8 por cento em fevereiro, 7,8 por cento em março, 7,6 por cento em abril, 7,2 por cento em maio e 6,8 por cento em junho.

Nos Estados Unidos, importante parceiro de Cabo Verde devido aos emigrantes, apesar de se projetar uma desaceleração do crescimento tanto em 2023 como 2024 (1,0 por cento), espera-se um mercado de trabalho ainda apertado, dado a insuficiência de oferta, que tem sustentado ganhos do rendimento real.

Na zona euro, prevê-se que o crescimento acelere para 1,5 por cento em 2024, após quedas em 2022 e 2023. Este crescimento tem forte apoio do crescimento dos serviços e turismo, por exemplo, em Itália e Espanha. No Reino Unido, um dos mais importantes mercados emissores de turistas, a previsão é de ligeira subida da atividade económica para 1,0 por cento em 2024.

Face aos dados apresentados pelo MFFE sobre as previsões, cenários e medidas de políticas a serem implementadas, conjugados com a própria avaliação do CFP e, perante dados de outras instituições nacionais e internacionais, o CFP considera que o cenário macroeconómico subjacente à POE/2024 é globalmente coerente com as restantes projeções para a economia cabo-verdiana (Tabela 2), aliás, convém lembrar que o quadro de previsões deve estar em conformidade com os compromissos assumidos perante os parceiros internacionais nomeadamente o FMI, pois as Diretrizes (pág. 4) anunciam que “O Orçamento de Estado para 2024 (OE 2024) será executado em linha com o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 (PEDS II), que incorpora as metas do programa ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF)”.

Contudo, o MFFE não justifica, no Documento sobre as Diretrizes os fatores deste crescimento, limitando apenas a referir a dinâmica do turismo. Seria importante conhecer a contribuição de cada uma das componentes de modo a verificar a assertividade das políticas públicas e os seus efeitos, nomeadamente no consumo das famílias (rendimento disponível), na formação bruta do capital fixo (ambiente favorável aos negócios e ao investimento), e no aumento das exportações líquidas (diversificação da base produtiva e exportadora).

O CFP considera coerentes as previsões emanadas nas Diretrizes, nomeadamente, uma previsão de crescimento do produto em 4,7 por cento em termos reais. Considera que esta previsão é prudente relativamente às previsões do BCV (abril 2023) e do FMI (julho 2023). Porém, o CFP apresenta uma previsão ligeiramente superior, ou seja, considera que a economia possa crescer em 2024 até 5,1 por cento, impulsionado pelo turismo, Administração Pública, comércio e construção.

Este crescimento justifica-se essencialmente pela retoma do turismo, mas também pela dinâmica do consumo privado, fruto do aumento do rendimento disponível, particularmente decorrente das remessas dos emigrantes em cujos países o mercado de trabalho apresenta forte dinâmica. Prevê-se igualmente o aumento das despesas públicas em mais de 5 por cento, o que impulsiona só por si uma boa parte da atividade económica.

Sobre a inflação, o CFP considera que a meta de 2,8 por cento apresentada pelo MFFE para 2024 é ambiciosa, considerando que a inflação de julho de 2023 (último dado conhecido) foi de 6,3 por cento, o que pressuporia uma descida rápida da inflação num período de 16 meses. Sendo assim, o CFP estima que a inflação possa situar-se num intervalo de 3,4 a 4,1 por cento em 2024. Ao nível internacional, sabe-se que a OPEP+, Arábia Saudita e Rússia têm estado a cortar a produção de petróleo, o que tem feito os preços aumentarem, não obstante as incertezas sobre o desempenho económico da China. Alguns analistas estão a prever que seja negociado a 94,51 USD em 12 meses, sabendo que já esteve na casa dos 70 USD. A título de exemplo, em agosto deste ano, os preços do gás nos EUA acabaram de subir para seu nível mais alto desde outubro de 2022, atingindo a maior alta em 10 meses, alimentando os temores de uma recuperação da inflação no quarto trimestre. Do lado do Reino Unido, provavelmente entrará numa segunda vaga de inflação causada pelos aumentos salariais que são repassados aos consumidores. Verificou-se em julho uma inflação de 6,8 por cento e aumentos salariais de 7,8 por cento.

No que toca ao défice orçamental, também o CFP considera ser possível e coerente, podendo até apresentar melhor resultado caso o crescimento económico seja melhor do que o previsto pelo MFFE, pelo que é essencial manter a perspetiva de consolidação orçamental. Contudo, chama-se a atenção para que esta consolidação tenha maior pendor na parte de redução das despesas, o que só é possível através de uma revisão da natureza das despesas, na medida em que se tem verificado uma tentativa de consolidação pela via do aumento das receitas. Esta opção tem os seus riscos, nomeadamente a drenagem de recursos da economia que poderiam ter um uso mais eficaz.

Não obstante as instituições poderem ter instrumentos, análises e abordagens diferentes, mas trabalhando sobre a mesma realidade e com os mesmos princípios e regras, enunciados na Lei de Enquadramento Orçamental, os números projetados pelas diversas instituições podem diferir, mas os cenários projetados podem ser globalmente semelhantes. Assim, os cenários do MFFE, do BCV e do CFP estão apresentados na Tabela 2.

As eventuais diferenças entre os cenários apresentados pelo MFFE e pelo CFP podem resultar da introdução de medidas de políticas públicas incorporadas

pelo MFFE, ou seja, como parte do executivo, inclui (ou poderá incluir) as medidas de política económica que visem atingir os objetivos previstos nas Diretrizes.

As Diretrizes Orçamentais apresentam uma análise dos riscos orçamentais, de acordo com o estipulado na lei. A seguir enumeram-se estes riscos:

1. Riscos macroeconómicos – ligados às previsões para o crescimento e para a inflação;
2. Risco associado ao serviço da dívida – decorrente de variáveis exógenas;
3. Riscos do sector empresarial do Estado – com impacto potencial na dívida pública;
4. Riscos decorrentes dos passivos contingentes – agravada pela crise pandémica;
5. Riscos decorrentes das alterações climáticas – com impacto potencial na dívida pública;
6. Riscos das despesas públicas – com destaque para pensões e saúde;
7. Riscos legais – podem implicar pagamentos de indemnizações compensatórias.

Ponderados os riscos do cenário do MFFE, a incerteza do panorama macroeconómico atual e as projeções existentes do CFP e do BCV para a economia cabo-verdiana, o cenário macroeconómico subjacente à POE/2024 afigura-se como provável.



## CONCLUSÃO

Face ao exposto, o Conselho das Finanças Públicas conclui que as previsões contidas nas Diretrizes são prudentes, pese embora, apresenta uma previsão ligeiramente superior.

Assim, tendo em conta os princípios e regras emanadas da Lei de Bases do Orçamento do Estado (Lei n.º 55/IX/2019 de 1 de julho), a informação disponível à data da elaboração deste parecer, bem como o resultado da análise efetuada às previsões macroeconómicas subjacentes à Proposta de Orçamento do Estado para 2024, e ponderando os riscos identificados, o Conselho das Finanças Públicas **endossa as previsões macroeconómicas apresentadas com ressalva sobre as previsões de inflação.**

